

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A ACESSIBILIDADE DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR

Milka de Amorim Oliveira

Yara Fonseca de Oliveira e Silva

RESUMO: A educação inclusiva é uma realidade e constitui um desafio para o ensino superior. O presente estudo trata de conhecer e discutir sobre a acessibilidade da pessoa com deficiência ao ensino superior e a existência ou não das condições técnicas e pedagógicas nas instituições de ensino superior que possam garantir esse acesso. Tem como base a seguinte problemática: em que medida se tem promovido a acessibilidade da pessoa com deficiência ao ensino superior? E a hipótese é de que a maioria dessas instituições não está organizada em seus recursos para o acesso às pessoas com deficiência. A estrutura argumentativa foi desenvolvida a partir da legislação vigente, considerando a sua real aplicabilidade e o que ainda deve ser realizado para que os estudantes com deficiência possam ingressar no ensino superior e ter um ambiente físico e pedagógico próprio que possam garantir ou facilitar a aprendizagem e a inclusão educacional. O arcabouço teórico tem como base a legislação, como a LDB nº. 9.394/96 e autores como Moreira (2000), Oliveira e Manzini (2005) e Cordovil (2009). A metodologia utilizada é de caráter qualitativa e descritiva com uso de pesquisa bibliográfica. Os resultados confirmam a hipótese de que muitas instituições não estão preparadas para o ingresso desses alunos, seja através de estruturas inadequadas ou corpo docente despreparado. Faz-se necessário mudanças no processo de gestão, na estrutura física das universidades, nas metodologias educacionais e de igual importância, na capacitação dos docentes para garantir o acesso e permanência dos alunos com deficiência ao ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: educação inclusiva, acesso das pessoas com deficiência, ensino superior e acessibilidade.

100

ABSTRACT: Inclusive education is a reality and a challenge for higher education. This study goal is to know and discuss the accessibility of people with disabilities in higher education and the existence or not of the technical and teaching conditions in higher education institutions that can ensure such access. It is based on the following issue: to what extent has promoted people accessibility with disabilities to higher education? And the assumption is that most of these institutions are not organized in their access to resources for people with disabilities. The argumentative structure was developed from the current law, considering its real applicability and what still must be done so that students with disabilities can enter higher education and have a physical environment that can ensure proper teaching or facilitating learning and inclusion education. The theoretical framework is based on the law, as LDB. 9.394/96 and authors as Moreira (2000), Oliveira and Manzini (2005) and Cordovil (2009). The methodology is qualitative and descriptive in nature with the use of literature research. The results confirm the hypothesis that many institutions are not prepared for the entry of these students, whether through inadequate infrastructure or faculty unprepared. It is necessary to process change management, physical infrastructure of universities, educational methodologies and equally important in the training of teachers to ensure access and retention of students with disabilities in higher education.

KEY-WORD: inclusive education, access for people with disabilities, higher education and accessibility.

Introdução

O tema “inclusão” tem sido alvo de intensa discussão no campo educacional. No Brasil a partir da década de 1980 verifica-se a existência de políticas públicas, diretrizes e movimentos sociais que reivindicam o direito de inclusão da pessoa com deficiência e, com isso, a instituição de ensino superior é convocada a refletir e a se posicionar sobre a forma de pensar o ensino, a se adaptar em sua estrutura e espaço físico para a condição do direito de acessibilidade que é legítimo, mas apesar disso é um desafio a ser superado.

A pessoa com deficiência é aquela que, em caráter permanente ou temporário, sofre uma desvantagem física, mental ou sensorial que limita a sua capacidade de executar as atividades cotidianas, causada ou agravada por condições sociais e ambientais, necessitando de recursos especializados para superar ou minimizar as suas dificuldades (MOREIRA; MICHELS; COLOSSI, 2006).

Segundo números da Organização das Nações Unidas (ONU), há cerca de 650 milhões de pessoas com deficiência no mundo todo e representa aproximadamente 10% da população mundial (CORDOVIL, 2009). E, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, estima à população brasileira em 157.434.170 pessoas, com aproximadamente 34.580.721 pessoas com algum tipo de deficiência (IBGE, 2006). Com base nestes números e de acordo com a estatística do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), a procura das pessoas com deficiência para o ingresso no Ensino Superior vem aumentando nos últimos anos no Brasil, mas ainda está longe do ideal de educação para todos (CORDOVIL, 2009).

A pessoa com deficiência, como qualquer cidadão tem direito a educação superior em redes públicas ou privadas. De acordo com o Art. 44 da Lei nº. 9.394/96, e Art. 27, do decreto nº. 3298/99 enquadra-se nessas modalidades os cursos de extensão, graduação, pós-graduação e cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino. Assim, recusar, suspender, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, porque possui deficiência é “crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa” prevista no artigo 8, da Lei Federal nº. 7853/89.

O presente estudo trata de conhecer e discutir sobre a acessibilidade da pessoa com deficiência ao ensino superior. A proposta dos documentos oficiais é de que o ensino superior deve assegurar o acesso, a permanência e o aproveitamento dos alunos com deficiência. Esse artigo tem como objetivo conhecer a existência ou não das condições técnicas e pedagógicas nas instituições de ensino superior que possam garantir esse acesso. Portanto, a questão que se apresenta é: em que medida se tem promovido a acessibilidade da pessoa com deficiência ao ensino superior? Sendo assim, a hipótese é de que a maioria dessas instituições não está organizada em seus recursos para o acesso às pessoas com deficiência.

O procedimento metodológico utilizado quanto à finalidade será de pesquisa básica, de caráter qualitativo e descritivo, a partir de revisão bibliográfica com objetivo de interpretar e explicar as questões acerca da inclusão pela acessibilidade da pessoa com deficiência ao ensino superior. Para atender ao objetivo estabelecido, foi realizada uma revisão bibliográfica por intermédio do levantamento de artigos científicos, através de pesquisa digital em diversas bases de dados e portais de busca na internet como SciELO, LILACS, MEDLINE e entre outras, referentes às palavras-chave: educação inclusiva, acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior e acessibilidade. E, a partir dessa revisão bibliográfica, a seleção para compor o arcabouço teórico tem como base a legislação, como a LDB nº. 9.394/96 e autores como Moreira (2000), Oliveira e Manzini (2005), Cordovil (2009), Lídio e Camargo (2008), entre outros.

Nesse artigo exploram-se três aspectos essenciais para melhor esclarecimento sobre o assunto, que serão apresentados em três seções, na primeira, apresentam-se conceitos de educação inclusiva e acessibilidade; na segunda, analisa-se na literatura o preparo dos docentes perante a educação inclusiva e na terceira destacam-se as iniciativas de universidades brasileiras a cerca da inclusão.

1 Inclusão e acessibilidade

A seção a seguir trata de apresentar a partir dos documentos legais o direito de inclusão e de acessibilidade da pessoa com deficiência ao ensino superior, além de destacar o conceito de acessibilidade, os requisitos para a pessoa com deficiência acessar e permanecer na universidade. E, ainda sinaliza para o cumprimento da legislação e as barreiras e dificuldades existentes nas instituições de ensino, que devem ser revistas diante daquele que se faz diferente em suas condições e igual em seus direitos.

A educação inclusiva tem como princípio básico, a minimização de todo e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e, com isso, elevar ao máximo o nível de participação das pessoas envolvidas nesse ambiente (SANTOS *et al.*, 2006). Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2005), a inclusão significa transposição de barreiras e fortalecimento de novos paradigmas educacionais ao atendimento de diferentes necessidades, garantindo os direitos de todos.

Para estudiosos como, Pacheco e Costas (2005) a lei protege as pessoas com necessidades especiais, o que inclui a pessoa com deficiência, desde a educação elementar até ao ensino superior. Diante disso, importa ressaltar que no Brasil a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº. 9.394/96, as pessoas com deficiência têm reconhecido o seu direito a uma educação de qualidade.

Conforme o Art. 206 da Constituição Federal (CF, 1988), o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e no Art. 208 afirma que é dever do Estado efetivar a educação mediante a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

A interpretação desse direito é retratada por Chahini e Silva (2007, p.1):

A inclusão de pessoas com necessidades especiais nas instituições de educação superior (IES) não representa concessão de privilégios, mas a promoção da equiparação de oportunidades, para que elas sejam incluídas na sociedade como cidadãs plenas de direitos para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Diante disso, a comunidade acadêmica deve reconhecer a diferença entre as pessoas e aceitar a inclusão da pessoa com deficiência, pois esse direito é resultado da luta contra o preconceito e a discriminação que se fez presente na sociedade ocidental durante séculos.

A oferta de condições adequadas para o acesso das pessoas com deficiência foi determinado com base na proposta de política educacional para o nível superior de ensino do Governo Federal, por meio de legislação específica, Portaria nº 1.679/99 (BRASIL, 1999a). Essa legislação apresentou pela primeira vez o termo acessibilidade direcionada para as pessoas com deficiência que frequentam a universidade e, a partir desse momento o conceito acessibilidade começou a se tornar presente nas universidades de forma contundente e renovadora (OLIVEIRA E MANZINI, 2005).

A acessibilidade, portanto, pode ser definida como a possibilidade e condição de alcance da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, para a utilização e autonomia dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos meios de comunicação (ABNT, 2004). No entanto, importa destacar que essa definição não significa apenas permitir que essas pessoas participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informações, mas conforme Cordovil (2009, p.10) afirma:

Acessibilidade é um processo de transformação do ambiente, da organização físico-espacial, da administração, do atendimento, das atitudes, do comportamento e de mudança da organização das atividades humanas que diminuem o efeito de uma deficiência.

A Portaria nº 3.284/03 (BRASIL, 2003) dispõe sobre a responsabilidade das IES públicas e privadas em assegurarem condições de acesso, permanência e atendimento especializado aos alunos com deficiência no Ensino Superior.

Entretanto, o que ocorre na maioria das vezes é que após o acesso garantido, essas pessoas se deparam com outras dificuldades, como o espaço físico inapropriado, barreiras arquitetônicas, o despreparo dos profissionais e as barreiras atitudinais de colegas, professores e funcionários no espaço acadêmico (CORDOVIL, 2009).

Acredita-se que as barreiras físicas sejam mais fáceis de serem removidas, pois dependem apenas de recursos financeiros, mas quanto às barreiras atitudinais, essas são mais difíceis de serem superadas, pois dependem do conhecimento acerca da inclusão juntamente com a sensibilidade, o bom senso, a ética, o comprometimento e profissionalismo das pessoas (DUARTE e COHEN, 2004).

O impacto da falta de acessibilidade, tanto física como a atitudinal, discrimina e segrega as pessoas com deficiência, ou seja, não lhes possibilita igualdade de oportunidade para uma vida de qualidade (OLIVEIRA E MANZINI, 2005).

Uma pesquisa feita por Michels (2000), sobre as condições de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, apontou que os mesmos consideram prioritária a necessidade de adaptação do ambiente físico e a implantação de um centro de apoio na universidade.

Um importante dispositivo legal foi a Portaria n.º 1.679/99 (BRASIL, 1999), que determina condições mínimas necessárias para o acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino, para os alunos que apresentam deficiência física, visual e auditiva (CORDOVIL, 2009). Para efetivar mudanças, a referida Portaria específica, para cada tipo de deficiência, os procedimentos que devem ser adotados para garantir a acessibilidade dos estudantes com necessidades especiais, tomando como referência a Norma Brasil (NR 9050), da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos (ABNT, 2004).

Conforme essa Portaria (BRASIL, 1999), os requisitos de acessibilidade compreendem no mínimo:

1) Deficiência física: eliminar as barreiras arquitetônicas para a circulação do estudante nos espaços de uso coletivo; reservar vagas de estacionamento nas proximidades das unidades de serviços; construir rampas com corrimão ou colocar elevadores; adaptar sanitários, além de instalar lavabos, bebedouros e telefones para usuários de cadeiras de rodas;

2) Deficiência visual: sala de apoio com máquina de datilografia braile; impressora braile acoplada a computador; sistema de sintetizador de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; software de ampliação de tela; aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio e em braile; equipamento de ampliação de texto para o estudante com baixa visão; lupas; régua de leitura; scanner acoplado no computador e acervo bibliográfico em braile;

3) Deficiência auditiva: intérprete de língua de sinais, flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico, aprendizado da língua portuguesa, materiais de apoio para os professores, referentes à especificidade linguística dos surdos.

Diante do exposto, as universidades devem garantir não somente o acesso para os alunos com deficiência, mas principalmente garantir aos mesmos as condições de permanência até a conclusão dos

curso. O professor tem um importante papel nesse processo de permanência, pois é através dele que o conhecimento será mediado, sendo assim, o corpo docente precisa ter preparação e capacitação contínua para os desafios que não foram preparados, ou seja, o “tipo ideal” do aluno deve ser superado, pois não é mais esse que se encontra no contexto da educação inclusiva.

2 Percepção do docente

Nessa seção apresenta-se a importância do professor enquanto ator que contribui com o processo de inclusão. Da mesma forma, os documentos oficiais indicam a necessidade de se ter um professor com formação de qualidade e que seja capaz de lidar com todo tipo de aluno, mas as dificuldades em relação à prática de aceitação e da inclusão de pessoas com deficiência em todos os setores sociais são diversas e conflituosas. Segundo Glat (1995, p. 13), uma das principais barreiras para a inclusão é o despreparo dos profissionais para receber e mediar o conhecimento para os alunos com deficiência. Portanto, a formação precária do professor pode ser um fator que contribui para essa realidade. Essa seção apresenta como está a condição e preparação do professor frente aos alunos com deficiência.

A Declaração de Salamanca (1994) diz que as instituições devem promover oportunidades curriculares apropriadas a pessoa com habilidades e interesses diferentes. Já a Lei de Diretrizes e Bases nº. 9.394/96 complementa, exigindo que as universidades contribuam para o ingresso dessas pessoas. Tanto a Declaração quanto a Lei 9.394/96, consideram primordial a reorganização da instituição de ensino, portanto, isso inclui principalmente, o treinamento dos docentes para a busca de novas informações e recursos, de forma a atender as necessidades dos alunos com deficiência.

Castanho e Freitas (2005) ressaltam que, a partir das políticas de inclusão, ficou inevitável a preparação das instituições e dos professores para receberem os alunos com deficiência. A discussão sobre educação inclusiva apesar de estar sendo discutida a mais de uma década no Brasil se faz recente e constitui-se em um desafio para o ensino superior, pois se refere ao desconhecido. Todavia, a implementação de ações educativas junto aos alunos com deficiência nesse ensino é uma atitude democrática e uma questão de cidadania, pois o discurso dos professores é praticamente unânime, entre a teoria e a prática há uma enorme distância, ou seja, a proposta legal não se coaduna com o dia a dia na instituição no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência.

Em estudos realizados por Rehder e Oscar (2007) para avaliar a capacitação dos docentes para o ensino dos alunos com deficiência, constatou-se que 96% dos docentes do ensino público consideram-se despreparados, sendo que 87% não tiveram qualquer treinamento específico. E, conforme Michels (2000) aponta em sua pesquisa sobre inclusão educacional, os alunos reportaram o forte preconceito que sofrem na universidade, evidenciado através do desconhecimento que os professores manifestam diante das necessidades dos alunos deficientes, pelas atitudes que refletem a discriminação social e pelo descaso da própria universidade no atendimento às necessidades destes alunos.

Dados semelhantes foram encontrados no estudo de Lidio e Camargo (2008), sobre a percepção do docente na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. Os dados coletados apontaram que a maioria dos entrevistados se sente despreparada para atender esses alunos.

Zulian e Freitas (2007) destacam que devido à falta de informação, o professor, ao deparar com o aluno deficiente, pode ignorar o processo de mudança por insegurança ou preconceito. Diante disso, Vitalino (2007, p.6) reitera a ideia e afirma que:

Para alcançar o êxito da educação inclusiva, as instituições devem centralizar esforços na educação e treinamento de docentes, no desenvolvimento de materiais didáticos específicos e nas avaliações contínuas de docentes, e também dos alunos com necessidades especiais, de forma a inferir o grau de eficiência. E a partir daí propor políticas de educação continuada para o atendimento adequado e satisfatório das necessidades demandadas.

Diante disso, para Santos (2005) o professor terá de ser sensível às diferenças, deve estar preparado para desafios e propor soluções, promover a integração de grupos, convivência e aprendizagem por meio de cooperação, estar atento aos limites e possibilidades de cada aluno, singular, porém igual, semelhante em direitos, deveres e valores.

O fato é que o ensino superior cada vez mais deve estar acessível às pessoas com deficiência e a capacidade do docente é a grande contribuição, que possibilita resultado positivo ao sucesso da inclusão. Para que isso aconteça, Lídio e Camargo (2008, p. 11) afirmam que:

São necessárias mudanças nos processos de gestão, nas metodologias educacionais e de igual importância na capacitação dos docentes, assim como a reflexão para efetivação e sucesso da inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação superior, a realização de cursos, palestras com os docentes para aperfeiçoar suas habilidades práticas no acompanhamento pedagógico de deficientes e formar centros de apoio ao deficiente e aos professores nas universidades. A inclusão é uma realidade, as instituições devem proporcionar atendimento de apoio, pesquisa, assessoria, referência e formação para professores.

Neste contexto, a formação docente deve seguir numa perspectiva crítica, para que a qualificação profissional e formação pedagógica avancem no sentido de quebrar paradigmas no que diz respeito à inclusão das pessoas com deficiência. Para isso, por exemplo, os currículos da graduação e pós-graduação devem ser redefinidos no sentido de contemplar disciplinas que atendam as diversidades, tais como: métodos de libras, braile e informática especializada.

Apesar do grande número de universidades que não se comprometem com a “verdadeira inclusão”, existe aquelas que através de programas, ferramentas, espaços e grupos se voltam para a acessibilidade garantindo aos alunos com deficiência uma educação de qualidade.

3 A atualidade nas universidades

Essa seção apresenta alguns casos de instituições de sucesso que tem implementado as determinações da legislação e, assim, asseguram as condições básicas de acesso aos alunos com deficiência ao ensino superior. Para Moreira (2000) poucas são as universidades que estão preparadas para oferecer apoio necessário e recursos aos alunos com deficiência no ensino superior. Porém, foi possível localizar iniciativas inovadoras que se voltam para a inclusão desses alunos.

Dentre algumas universidades públicas, destaca-se a proposta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), através da política de cotas para pessoas com deficiência, tem procurado reverter este quadro da exclusão educacional, viabilizando desta maneira uma inclusão emergencial (BARROS, 2008).

Outra instituição é a Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em que foi criado o primeiro Grupo de Pesquisa sobre Acessibilidade no Brasil, denominado Núcleo Pró-Acesso ligado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Também nessa mesma universidade (UFRJ), através do Núcleo de Computação Eletrônica, o professor Antônio Borges desenvolveu o software DOSVOX que permite às pessoas com deficiência visual terem acesso à informática através de um sintetizador de voz. Recentemente, Borges foi

além e desenvolveu o MOTRIX que permite que as pessoas com um grande comprometimento motor também tenham acesso à Internet ou desenvolvam seus trabalhos. (DUARTE e COHEN, 2004).

Por sua vez, na Universidade de São Paulo de Tatuapé (UNICID), mantém o Centro de Apoio Acadêmico ao Deficiente (Caad) e fez várias adaptações, e uma delas foi à substituição das escadas por rampas. Da mesma forma, de acordo com Duarte e Cohen (2004) a Universidade Norte do Paraná lançou o Programa de Atendimento a Alunos Portadores de Necessidades Especiais (Propae).

As ações para inserção do estudante com necessidades especiais, foram desenvolvidas pela UFPR, desde 1996, e entre as suas metas está a busca de uma universidade sem barreiras arquitetônicas, voltada para acessibilidade física (OLIVEIRA e MANZINI, 2005).

A Universidade de Brasília (UNB) implementou o Programa de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais da UnB – PPNE, vinculado à Vice-Reitoria da Universidade. O programa funciona através da ação conjunta de sete grupos de trabalho com funções específicas: de atendimento em Sala Especial; de socialização e política de integração; de acompanhamento acadêmico; de suporte acadêmico e tecnológico com a Educação Especial; de caráter reivindicatório e participativo do Portador de Necessidades Especiais Universitário; de estudo sobre a possibilidade de conseguir acessibilidade e eliminar barreiras arquitetônicas. (DUARTE e COHEN, 2004).

O trabalho de atendimento à Pessoa com Deficiência na Universidade de São Paulo (USP) é relativamente recente, mas já apresenta resultados positivos no sentido de incluir esta pessoa na vida acadêmica, é o caso do Programa USP Legal e de uma Comissão Permanente que discute assuntos relativos às pessoas com alguma deficiência. A USP utiliza a terminologia *estar rompendo com as barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas* para promover a inclusão desses alunos (DUARTE e COHEN, 2004; OLIVEIRA E MANZINI, 2005).

Na Universidade de Campinas (UNICAMP), foram inaugurados Espaços de acesso a informação e um laboratório de apoio didático, denominado Laboratório de Acessibilidade (LAB), que garantem ao usuário com deficiência sua integração e acesso ao acervo bibliográfico da Universidade, além de portais, mudanças nos espaços físicos, oficinas e *workshops*. Nesse contexto foi criado o projeto “Todos nós- UNICAMP acessível”, assegurando o acesso de todos ao conhecimento, independentemente de serem ou não pessoas com deficiência (DUARTE e COHEN, 2004; MANTOAN, BARANAUSKAS e AMORIM, 2009).

Os exemplos citados revelam que a busca pela regularidade, pelo cumprimento da legislação se faz pela capacidade de iniciativa, que é uma condição da espécie humana. Portanto, é possível implementar e provocar mudanças na estrutura física e pedagógica da instituição de ensino superior, mas para isso ações devem ser planejada e executadas nesse espaço em que o acesso à pessoa com deficiência deve ser promovido. Para tanto, a discussão deve ser ampla no sentido de verificar se as reais necessidades especiais são atendidas ou não.

Conclusão

O objetivo que se buscou ao longo do presente artigo está relacionado à reflexão do âmbito das políticas de inclusão no ensino superior. Portanto, a proposta de apresentar a discussão de acessibilidade da pessoa com deficiência e da existência ou não das condições técnicas e pedagógicas nas instituições revelam que há casos de sucesso que se diferenciam da maioria das instituições e, isso atende aos objetivos propostos.

O estudo demonstrou que compreender sobre os direitos da pessoa com deficiência e garantir o acesso e permanência no ensino superior desses alunos, não basta para efetivamente haver mudanças na estrutura da universidade. Em contrapartida informa os poucos exemplos de universidades que levam em consideração a legislação, por isso confirma-se a hipótese de que muitas instituições não estão preparadas para o ingresso desses alunos, seja através de estruturas inadequadas ou corpo docente despreparado.

Apesar do avanço na legislação e concepção a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, ainda há muito que ser feito para consolidar o processo de inclusão de fato, ou seja, de forma digna e com qualidade.

Serão necessárias, dentre outras questões, mudanças no processo de gestão, na estrutura física das universidades, nas metodologias educacionais e de igual importância, na capacitação dos docentes através da realização de cursos, palestras e treinamentos.

Faz-se necessário também refletir sobre o caráter inclusivo nas instituições de ensino superior, para que todas as pessoas possam ter as mesmas oportunidades de progredir no ambiente acadêmico e profissional. Acreditamos que a consolidação da educação inclusiva ocorrerá lentamente e gradual nas universidades e se expandirá para a sociedade.

Sendo assim, concordamos com Rocha e Miranda (2009, p.6) quando mencionam que “o papel social da universidade é fundamental, ela não poderá ser indiferente à diferença, é necessário que se busque um processo educacional mais justo e democrático”, nesse sentido, as Instituições de Ensino Superior precisam adequar-se às necessidades educacionais de todos os alunos, sem exceções, garantindo-lhes as reais possibilidades para o desenvolvimento das suas potencialidades e formar assim futuros profissionais para auxiliar na construção de uma sociedade acessível à inclusão.

Referências

ABNT. ABNT NBR 9050: de 31.05.2004: acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos. 2. ed. 2004.

BARROS, C. F. R. Contextualizando a Adoção das Políticas de Cotas nas Universidades: o caso da UERJ. Revista História Agora, v. 5, p. 1-21, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº. 3.284, de 7 de novembro de 2003: dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília: Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, 2003.

BRASIL. Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <conselho.saude.gov.br/web.../cieh/.../Decreto_3298_20_12_99.doc>. Acesso em: maio 2012.

_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: maio 2012.

_____. Ministério da Educação. Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei7853.pdf>. Acesso em: maio 2012.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm>. Acesso em: maio 2012.

_____. MEC Investe na Inclusão de Alunos Especiais em Universidades. Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/ AVIposgraduacao090313173749.pdf>. Acesso em: maio 2012.

_____. Portaria Ministerial nº. 1.679/99: dispõe sobre os requisitos de acessibilidade à pessoa portadora de deficiência para instruir processos de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamentos de instituições. Brasília, 1999.

_____. Secretaria de Educação Especial. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. Centro de Educação. Revista Brasileira de Educação Especial. Santa Maria, RS, caderno 2005, n. 27. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/01/r6.htm>>. Acesso em: maio 2012.

CHAHINI, T. H. C.; SILVA, S. M. M. Educação Superior: os desafios do acesso e da permanência de alunos com deficiência auditiva em São Luís do Maranhão. In: EPENN, 18. Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, p. 01-09, 2007.

CORDOVIL, V. R. S. A Acessibilidade de Portadores de Deficiência no Ensino Superior. 2009. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/deficienciaensuperior/>>. Acesso em: maio 2012.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ: Possível ou Utópico? In: NUTAU, 2004. Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. 2004. São Paulo, Anais NUTAU, 2004.

GLAT, R. A Integração Social dos Portadores de Deficiências: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

LIDIO, M. V.; CAMARGO, M. A. B. A Percepção do Docente na Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais no Ensino Superior. Rev. Triang. Ens. Pesq. Ext. Uberaba, MG, v. 1, n. 1, p. 4-19, 2008.

MANTOAN, M. T. E.; BARANAUSKAS, M. C. C.; AMORIM, J. Todos Nós – Unicamp Acessível: o desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 89-108.

MICHELS, L. R. F. A Inclusão/Exclusão da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais no Contexto Universitário. Dissertação de Mestrado. PUC-RS. Porto Alegre, 2000.

MOREIRA, H. F.; MICHELS, L. R.; COLOSSI, N. Inclusão Educacional para Pessoas Portadoras de Deficiência: um compromisso com o ensino superior. 2006. Disponível em: <<http://comunicauffs.blogspot.com.br/2011/05/projeto-acessibilidade-e-inclusao-na.html>>. Acesso em: maio 2012.

MOREIRA, L. C. (Org.). O Respeito à Diversidade e ao Aluno com Necessidades Educativas Especiais. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000, 17p.

OLIVEIRA, E. T. G. de; MANZINI, E. J. Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência. In: Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2. Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar/PPGEEs, ABPEE, 2005.

PACHECO, R. V.; COSTAS, F. A. T. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. Revista Brasileira Educação Especial. Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, RS, caderno 2005, n. 27. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/artigos_cad.htm>. Acesso em: maio 2012.

REHDER, M.; OSCAR, N. Professor não está preparado para alunos deficientes. O Estado de São Paulo. São Paulo, Caderno Vida & Arte, 2 dez. 2007, 40p.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. Acesso e Permanência do Aluno com Deficiência na Instituição de Ensino Superior. Revista Educação Especial. v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009.

SANTOS, A. E. *et al.* A Utilização de Softwares Educacionais no Aprendizado de Pessoas de Necessidades Especiais nas Instituições de Nível Superior Norte-Riograndenses. 2006. Disponível em: <www.moodle.ufba.br/file.php/.../Softwares_para_pnespeciais.pdf>. Acesso em: maio 2012.

SANTOS, A. R. F. dos. *et al.* O Professor e a Inclusão. Educação Inclusiva. Sociedade Brasileira de Referência em Educação Inclusiva. Guarujá, SP, 2005.

VITALINO, C. R. Análise da Necessidade de Preparação Pedagógica de Professores de Cursos de Licenciatura para Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Revista Brasileira Educação Especial. Caderno 2007, v. 13, n. 03.

ZULIAN, M. S.; FREITAS, S. N. Formação de Professores na Educação Inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. Revista Brasileira de Educação Especial, Santa Maria, RS: Centro de Educação, caderno 2001, n.18, 2007.